

AQUI NO OUTRO LADO DO BRASIL: UMA EXPERIÊNCIA MIGRANTE NA AMAZÔNIA

AQUÍ EN EL OTRO LADO DEL BRASIL: UNA EXPERIENCIA MIGRANTE EN LA AMAZÓNIA

Lívia Verena Cunha do Rosário 

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre migração e racismo na Amazônia, especificamente no Estado do Amapá, a partir da trajetória de vida de Maria, uma migrante dominicana na cidade de Oiapoque, situada na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. Através de entrevista semiestruturada e pesquisa bibliográfica, este trabalho é um recorte do estudo composto por sete entrevistas com mulheres negras migrantes no Amapá, incluídas em dissertação finalizada em 2019 pelo Programa de Pós-graduação em Estudo de Fronteira, da Universidade Federal do Amapá. A reflexão aqui apresentada utiliza uma perspectiva interseccional para discutir como os marcadores de gênero, raça, classe e nacionalidade afetaram a experiência de Maria em sua vivência em Oiapoque, destacando como os estudos migratórios podem contribuir para o combate do racismo no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Migração. Mulheres. Amazônia. Fronteira. Racismo.

RESUMEN

El propósito de este artículo es reflexionar sobre la migración y el racismo en la Amazonía, específicamente en el estado de Amapá, a partir de la trayectoria de vida de María, migrante dominicana en la ciudad de Oiapoque, ubicada en la frontera entre Brasil y la Guayana Francesa. A través de entrevistas semiestructuradas e investigación bibliográfica, este trabajo forma parte del estudio compuesto por siete entrevistas a mujeres negras migrantes en Amapá, incluidas en una disertación realizada en 2019 por el Programa Programa de Pós-graduação em Estudo de Fronteira, de la Universidade Federal de Amapá. La reflexión aquí presentada utiliza una perspectiva interseccional para discutir cómo los marcadores de género, raza, clase y nacionalidad afectaron la experiencia de María en su vida en Oiapoque, destacando cómo los estudios migratórios pueden contribuir a la lucha contra el racismo en Brasil.

PALABRAS-CLAVE: Migración. Mujeres. Amazonía. Frontera. Racismo.

INTRODUÇÃO

“Eu não sou anormal/ Aqui no outro lado do Brasil” é um trecho da música “Coração Tropical”, composta por Osmar Junior e cantada por Amadeu Cavalcante,

ambos artistas amapaenses. A frase foi escolhida para intitular este artigo pois simboliza também o intuito desta pesquisa, chamar atenção para a produção acadêmica mas também para as experiências daqueles que vivem ou passam pelas fronteiras aqui no outro lado do Brasil.

Ao tomar como foco a migração de mulheres negras para Amazônia, procura-se situar este segmento no conjunto dos fluxos migratórios que se dirigem para a região ultrapassando o senso comum “de uma Amazônia exclusivamente portuguesa, indígena e mestiça cabocla, que merece incorporar outros sujeitos históricos e contemporâneos à consciência de todos nós” (BRAGA, 2011, p. 170).

Nos países de destino, mulheres migrantes podem conjugar diversos marcadores identitários – ser mulher, ser estrangeira, estar indocumentada, entre outros – que dificultam seus acessos a bens de serviços, reforçando essa suscetibilidade às situações de exploração de sua mão de obra, não por acaso, muitas dessas mulheres são alocadas em trabalhos precarizados. Logo, os acirramentos de diversas barreiras sociais acabam por condicionar e modificar os projetos migratórios de mulheres migrantes.

Negros, mulheres, migrantes, representam vozes subalternizadas na construção do pensamento ocidental e essas três categorias podem ser articuladas através do conceito de interseccionalidade que, segundo Crenshaw (1989), faz referência a uma conceituação que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.

Assim, esse sujeito mulher-negra-migrante que engendra em si mesma múltiplas identidades e opressões é o objeto desta investigação. Habitando o limiar, essas mulheres perpassam fronteiras simbólicas, e através de suas histórias de vida, atendem ao chamado do movimento de mulheres negras: trazer a margem para o centro.

Esta pesquisa voltou-se para a reflexão sobre as desigualdades de gênero, raça e classe, que persistindo na sociedade brasileira, são também experimentadas em vários níveis, e de diferentes formas, pelas mulheres negras migrantes, como é o caso de Maria, que foi entrevistada enquanto morava na fronteira franco-brasileira e vivenciava as dificuldades de estar à margem em vários sentidos.

1 OS CAMINHOS DE MARIA ATÉ OIAPOQUE

Em maio de 2018, realizei a entrevista com Maria, de 46 anos, oriunda da República Dominicana. No dia anterior à entrevista, fui apresentada a Maria por um colega em comum, pois eu estava em Oiapoque para um evento acadêmico e também em busca de mulheres negras migrantes para entrevistar. Ela se dispôs a conversar comigo e ensinou-me seu endereço. A casa de Maria é um pequeno apartamento de um cômodo e um banheiro. O imóvel é o que chamamos na região norte de *kitnet*, quarto, sala e cozinha em um único espaço.

Maria agendou para receber-me no curto horário vago que normalmente tinha durante o dia, o horário do almoço, pois pela manhã lavava roupas de cama e banho para um hotel e pela tarde e noite trabalhava como cozinheira em um restaurante. Dentro da casa, onde tudo estava muito bem organizado, havia um espaço com materiais de manicure, outra função exercida por Maria para complementar sua renda. No decorrer da entrevista, eu soube ainda que Maria trabalha eventualmente como diarista: “Não tenho problema com trabalho, gosto de trabalhar, sempre trabalhei, não tenho descanso aqui”. Enquanto eu a entrevistava, por cerca de uma hora, Maria sentou-se diante de mim somente nos quinze minutos finais, o restante do tempo, dividia-se entre preparar o almoço, organizar a casa e verificar se os lençóis estendidos do lado de fora estavam a salvo da chuva que caía torrencialmente em Oiapoque.

Maria saiu da República Dominicana em 2016, lá trabalhou durante vinte e oito anos em uma fábrica de produtos alimentícios. Ela possui formação como técnica em alimentos e vários cursos de aperfeiçoamento, cujos certificados inclusive mostrou-me; foi casada por quinze anos, mas divorciou-se do marido violento, com quem teve sua única filha. Nos últimos anos, Maria sustentava a si, a filha e mantinha sua casa com o salário que recebia na fábrica de alimentos, contudo, diante da crise econômica em seu país e a desvalorização da moeda, o saldo estava insuficiente e, seguindo outros conterrâneos, Maria decidiu partir para o exterior em busca de melhores postos de trabalho, seu primeiro destino foi o Suriname: “A República Dominicana vai ficar vazia, está todo mundo indo embora”.

Maria partiu sozinha, deixando a filha sob os cuidados de sua mãe, com o objetivo de trazê-la assim que conseguisse estabelecer-se financeiramente. No entanto, ela também não conseguiu trabalho no Suriname, após três meses lá, e

percebendo a movimentação de pessoas rumo ao Amapá também em busca de trabalho decidiu fazer o mesmo.

A rota mais barata de vinda do Suriname para o Brasil é através da Guiana Francesa, no trajeto entre *Saint Georges* e Oiapoque. Consideradas cidades-gêmeas, o município de Oiapoque no estado do Amapá e *Saint-Georges de l'Oyapock* na Guiana Francesa estão separadas pelo rio Oiapoque, o limite internacional do Brasil com a França ou com a União Europeia é feito em grande parte pelo curso desse rio:

As cidades gêmeas são o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira. Esses adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira, seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações condensadas dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (SANTOS, 2012, p.129).

O rio corresponde à principal via de circulação para o transporte de cargas e pessoas nessa porção da fronteira amazônica. Esse transporte é feito, sobretudo, por embarcações com motor de popa denominadas de catraias (ver Figura 01), conduzidas pelos catraieiros. Foi em uma catraia que Maria chegou ao Oiapoque. A escuridão do rio e da noite marcaram negativamente a travessia de Maria:

Eu nunca gostei da selva, tenho medo, e aqui é tudo selva, cercado. Então atravessar o rio à noite na chuva, no escuro, sem enxergar nada, sem saber o que esperar, nem sei nadar, foi horrível, horrível. Tive muito medo. Não gosto de lembrar (Maria, Oiapoque, maio de 2018).

Figura 01: Catraias no cais da orla de Oiapoque, margem do rio Oiapoque.



Fonte: G1 AMAPÁ (2018).

Maria literalmente cruzou a fronteira “molhada” franco-brasileira, diferente das outras interlocutoras que chegaram ao Amapá de avião, aterrissando na capital do Estado, ela foi a única que chegou pelo rio-fronteira Oiapoque (Ver Figura 02). As demais mulheres, se não estavam acompanhadas de outros estudantes vindos da mesma região, estavam ou com o esposo ou pelo menos tinham algum representante da Universidade aguardando para recepcioná-las. Maria chegou sozinha, não foi esperada e não sabia muito bem o que esperar.

Figura 02: Catraia passando sob a Ponte Binacional Franco-Brasileira



Fonte: UOL NOTÍCIAS (2018).

Após instalar-se em uma pousada enquanto buscava onde morar, Maria conseguiu um emprego de camareira em um hotel. Após um mês neste emprego, ela aguardou seu primeiro salário, que não recebeu. Alguns dias depois do prazo estabelecido para o recebimento, Maria reclamou seu saldo ao patrão, que lhe entregou o ordenado devido alegando que havia esquecido o vencimento. Assim que recebeu, Maria comentou com outra camareira sobre a situação, a colega de trabalho considerou uma audácia a queixa de Maria e indagou-lhe: “Você acha que é o que? Loira de olho azul?”.

No dia seguinte ao ocorrido, o patrão de Maria comunicou-lhe o aviso prévio. Maria ainda questionou se havia alguma reclamação por parte dos hóspedes ou funcionários do hotel em relação a seu serviço, pois se havia, ela desconhecia, já que se dava bem com todos e cumpria seu horário regularmente. A resposta pontual do patrão a Maria foi: “Não, é esse seu jeito”. As pessoas negras no Brasil têm lugares sociais bem demarcados e naturalizados, que são os espaços sociais de pouco prestígio ou o exercício de profissões de baixa remuneração. Não somente espera-se que ocupem esses lugares como também se comportem de acordo com esses

lugares. A colega de trabalho de Maria considerou a reivindicação salarial uma insolência e um “comportamento de branca de olho azul”.

Depois do episódio do hotel, Maria conseguiu trabalho em uma pizzaria, onde trabalhava na época da entrevista. Seu salário na pizzaria era de R\$ 1.000,00 e o aluguel custava R\$ 500, 00, por isso necessitava de trabalhos extras para complementar a renda. Foi trabalhando como cozinheira, lavando lençóis do hotel, fazendo as unhas das vizinhas e trabalhando como diarista quando possível, que durante um ano e meio Maria conseguiu popuar o necessário para trazer ao Brasil a filha Dulce, de 23 anos, que ficara na República Dominicana com a avó materna. Após um ano e meio trabalhando basicamente para conseguir trazer Dulce para perto de si, Maria então enfrentava a impossibilidade de continuar ajudando financeiramente a mãe que morava na República Dominicana. Apesar de solucionar sua maior angústia que era ter a filha longe, os gastos de Maria aumentaram com a chegada de Dulce e seus rendimentos seguem baixos.

A dominicana foi exceção entre as entrevistadas também porque migrou em busca de emprego, enquanto as demais migraram, sobretudo para estudar ou para acompanhar o cônjuge. Além do mais, as outras mulheres migrantes que participaram do estudo podiam contar com ajuda financeira de suas famílias, o que tampouco ocorre com Maria, já que a mãe também vive na República Dominicana com poucos recursos. Por outro lado, Maria sofreu uma decadência do status social, já que apesar de não possuir curso superior, possui formação técnica e trabalhava na República Dominicana no setor alimentício e chegou a ocupar uma das chefias da empresa que atuava, enquanto em Oiapoque trabalhava como cozinheira em um restaurante.

Os sentidos da decadência do status social e profissional de mulheres migrantes são abordados por Rose-Myrlie Joseph e Handerson Joseph (2015) em entrevistas com mulheres haitianas na França e no Brasil. As categoriais raça, gênero, classe e nacionalidade são articuladas na observação dos autores sobre haitianas que passaram a exercer trabalhos domésticos nos dois países referidos. Algumas dessas interlocutoras consideravam o serviço doméstico como o mais degradante, essa desvalorização social interiorizada no Haiti levava as mulheres a construir um sentimento de desprezo por seu próprio trabalho na França e no Brasil, sobretudo para aquelas que possuíam empregada doméstica no Haiti.

Já Maria não percebia a sua situação do mesmo modo como as haitianas, para

a dominicana sua frustração está mais relacionada à dificuldade em viver com um rendimento econômico baixo mesmo trabalhando bastante, principalmente pelo fato de não conseguir enviar dinheiro para sua mãe regularmente, mas Maria não sentia vergonha de estar exercendo serviços domésticos, mesmo que não trabalhasse nesse setor na República Dominicana, enquanto para as haitianas o trabalho doméstico significava mais que uma mudança de salário mas uma decadência de status social e moral.

2 DESAFIOS NO OUTRO LADO DO BRASIL

Em maio de 2018 fazia dois meses que Dulce havia chegado ao Oiapoque. Enquanto eu e Maria realizávamos a entrevista, a jovem ficou propositalmente no pátio da casa, assim que cheguei, permanecendo do lado de fora até a minha saída; perguntei à mãe se ela não poderia conversar comigo também, Maria respondeu: “Ela não gosta daqui”. Desde que saíra da República Dominicana, Maria deteve-se em conseguir trazer a filha para perto de si, agora que Dulce estava perto a preocupação era o futuro dela. Dulce ainda não havia conseguido emprego e ajudava a mãe na pizzeria nos finais de semana.

Em Oiapoque, há um campus da Universidade Federal do Amapá, mas o período de inscrição para o processo seletivo estava distante, o mesmo acontecia com os polos de faculdades particulares, além de serem pagas e Maria possuir um exíguo orçamento mensal. Oiapoque oferece poucas oportunidades para os jovens que lá concluem o ensino médio continuarem sua formação, assim, Dulce tinha muito tempo ocioso, agravado pelo fato de não gostar da cidade, pouco se esforçava para interagir com os moradores e com o espaço.

A cidade de Oiapoque possui uma estrutura precária em vários aspectos, que reforçam o sentimento de isolamento de quem vive lá: circundada pela floresta amazônica; escasso acesso à internet; limitado sinal telefônico; localização distante da capital; uma fronteira internacional que basicamente só pode ser cruzada através do rio, vide as dificuldades da ponte binacional. Concluída desde 2011, a Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque – ligação terrestre entre os territórios brasileiro e francês – tem quase 400 m foi aberta parcialmente em março de 2017 e depende de obras no lado brasileiro para funcionar integralmente, além da necessidade de visto para ingressar em território francês. (Ver Figura 03)

Figura 03: Ponte Binacional Franco-Brasileira



Fonte: G1 AMAPÁ (2018).

Em maio de 2018, quando estive em Oiapoque para o trabalho de campo, estava no período chuvoso, o que comumente inviabiliza a estrada com os atoleiros ao longo do percurso para o município (Ver Figura 04). O trecho Norte da BR-156 é o único acesso da capital do Amapá para o município de Oiapoque, que fica a 590 quilômetros da capital Macapá. Destes, mais de 200 km seguem em estrada de chão. No trecho a partir do município de Calçoene, a inundação das pistas atola veículos de pequeno e grande porte, que necessitam rotineiramente de reboque por parte de máquinas pesadas. Além da ausência da pavimentação, que atrasa e põe em risco as viagens, as estradas são castigadas com o período chuvoso do Amapá nos primeiros meses do ano, que aumenta o tempo médio de viagem, de 12 para até 24 horas.

Figura 04: Atoleiro na rodovia BR-156, que liga Macapá a Oiapoque, durante o inverno



Fonte: G1 AMAPÁ (2017).

Maria manifestou o desejo de mudar-se para Macapá, sobretudo pela filha, já que na capital existem mais opções de estudo, trabalho e entretenimento. A

dominicana mencionou o temor de que a filha um dia, em sua ausência, recorresse à prostituição para sobreviver. "Aqui tem prostituta em todo canto, isso não existe no meu país".

De fato, a exploração sexual de mulheres em Oiapoque faz parte dos discursos/ imaginário mesmo daqueles que não conhecem a cidade. E os que conhecem, notam a intensidade da prática em bares e hotéis. Anderson e Davidson (2004) destacam que trabalhadores migrantes indocumentadas ou irregulares são muito mais vulneráveis à exploração por grupos de traficantes de pessoas, em face do desconhecimento da língua e do local para onde são levados. Muitas vezes aceitam propostas de trabalho em outros locais devido à necessidade de ganhar dinheiro e às condições socioeconômicas que estão vivenciando. Um dos recursos utilizados para subjugar esses trabalhadores são os débitos, o confinamento, a força e os tratamentos violentos.

Sayad (1998), ao tratar da força de trabalho do migrante justifica a precarização dessa mão de obra a partir da ambiguidade entre provisoriedade e permanência que caracteriza os não-nacionais. Então, o migrante enfrenta no local de chegada práticas cotidianas que o percebem como um trabalhador em trânsito, um visitante que deve ser cordial, e por ser estranho àquele meio, não deve possuir os direitos comuns aos nacionais. Diante disso, em meio ao quadro de precarização que circundam a vida de algumas mulheres migrantes, a prostituição e migração podem ser fronteiras que se cruzam, justificando a preocupação de Maria com o futuro de Dulce. A produção acadêmica da antropóloga Adriana Piscitelli também aborda essa relação:

A vinculação entre deslocamentos nos mercados do sexo e tráfico de pessoas recria noções que permeiam a literatura internacional e os debates feministas sobre prostituição. Tais noções são atualizadas por instâncias diversificadas - organizações dedicadas a proteger os direitos da criança, movimentos de mulheres e organismos que combatem o crime organizado transnacional -, em discussões nas quais confluem interesses que operam em diversos planos (PISCITELLI, 2013, p. 27).

Enquanto Piscitelli tem evidenciado o turismo sexual no nordeste brasileiro, particularmente no Ceará, Oliveira e Torres (2012) com a publicação *Tráfico de Mulheres na Amazônia* (2012) compilaram os dados mais recentes sobre a atuação das rotas internacionais de tráfico de pessoas, especialmente de mulheres fim de exploração sexual nesta região em que tais crimes têm ocorrido impunemente e sido

legitimados no decorrer dos ciclos econômicos neocoloniais, estabelecendo naturalizações de práticas de aliciamento, recrutamento e envio de pessoas para outros países com essa finalidade.

Maria empenhava-se em servir de exemplo para Dulce, mostrando-lhe principalmente a importância do trabalho para que uma mulher seja independente financeiramente: “Ensinei tudo, ela sabe fazer tudo, se não homem pisa, patrão pisa, não deixo patrão pisar”. Além do mais, a mãe teme que a filha passe por experiências afetivas negativas, pois o primeiro casamento de Maria, com o pai de Dulce, culminou no divórcio devido às constantes brigas do casal.

Em Oiapoque, Maria chegou a manter um relacionamento amoroso e morar com um homem, mas a relação terminou devido às grosserias e comportamento machista do mesmo, desse modo Maria enfatiza que não pretende mais envolver-se amorosamente com ninguém. Em 2013, a socióloga Ana Cláudia Lemos Pacheco publicou *Mulher negra: afetividade e solidão*. Para Pacheco (2013), a partir da ruptura diaspórica africana até a contemporaneidade, a historicidade da mulher negra foi permeada pela solidão. A autora apresenta dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o qual aponta que mais da metade das mulheres negras brasileiras não vivem em união, independente do estado civil. O mesmo Censo citado anteriormente aponta que as mulheres negras são as que menos se casam e são as mais propensas ao “celibato definitivo”:

Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente é discutida em público. Essa realidade é tão dolorosa que as mulheres negras raramente falam abertamente sobre isso (HOOKS, 2000, p. 32).

Apesar das estatísticas, a questão da solidão da mulher negra é comumente rechaçada e associada com bastante naturalidade a um suposto “gosto pessoal”. Mas é impossível desconectar as escolhas que são feitas no campo afetivo e sexual do ambiente que vivemos; estamos submetidos a símbolos fortes e que atribuem papéis específicos a mulheres e homens, negros e negras.

No Brasil, a solidão da mulher negra também é reflexo do racismo oriundo dos mais de 300 anos de escravidão e dos estereótipos associados à mulher negra no imaginário da sociedade, normalmente relacionados à sexualidade e ao trabalho. Além do preterimento em relacionamentos amorosos na fase adulta, desde a infância meninas negras enfrentam a solidão e rejeição em diversos ambientes. No item a

seguir, outro estigma que recai sobre mulheres negras será analisado junto à experiência de Maria, o da mulher negra agressiva.

3 O ESTIGMA DA “MULHER NEGRA RAIVOSA”

Em setembro de 2018, duas situações envolvendo mulheres negras ganharam destaque midiático. Ambos os casos envolvem o arquétipo da *Angry Black Woman*, a mulher negra selvagem. No Brasil, Valéria Santos, advogada e negra, foi algemada e detida após exigir a leitura da contestação de um processo, vídeos divulgados nas redes sociais mostram Valéria dos Santos discutindo com uma juíza leiga, que quis encerrar a audiência sem que fosse lida a contestação do réu. Nos Estados Unidos, a famosa tenista Serena Williams, que já foi considerada a número 1 do mundo, rebateu o Juiz que a puniu durante a partida da *US Open 2018* por receber orientação indevida do técnico e quebrar a raquete na quadra. O ocorrido foi ilustrado em uma charge que ridiculariza a esportista americana (ver Figura 05). A imagem, de autoria do cartunista australiano Mark Knight, viralizou nas redes sociais e mostra Williams pulando em cima de uma raquete quebrada, ao lado de uma chupeta de bebê.

Figura 05: Charge da tenista americana Serena Williams na final do US Open 2018



Fonte: Revista Época (2018).

A advogada Valéria Santos representa muitas mulheres negras que, ao ocupar um lugar que lhes foi tirado, sofre com a resposta violenta e racista do Estado e da sociedade. O racismo institucional fez com que uma advogada, que só pode ser presa em flagrante no exercício da profissão se tiver cometido um crime inafiançável e,

além disso, é preciso um representante da OAB durante o ato – o que foi solicitado pela defensora – fosse não só detida, como também algemada. O crime inafiançável era inexistente e o representante da OAB nunca chegou. Histórica e empiricamente, em regra, a população negra sofre abusos e violência por parte das autoridades estatais, tratada sem empatia e o devido respeito mínimo. Valéria teve sua humanidade e seu reconhecimento profissional negados:

Quando o delegado da OAB chegou, ele foi muito firme: 'Tira a algema dela agora'. Os policiais obedeceram na hora. Já eram quatro a essa altura. Aí você pensa: Como é a formação da nossa sociedade? Vamos dar os nomes: tem o senhor de engenho, a senhorinha, o capitão do mato. E quem estava no chão algemada? Eu (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Além de toda a situação que viveu, Valéria ainda terá que conviver com a lembrança desse momento terrível nos vídeos postados na memória eterna que é a internet, onde muitos ainda colam nela a pecha de "agressiva" e "raivosa", estereótipo cruel, mas infelizmente comum, associado às mulheres negras que ousam sair do lugar onde a sociedade acha que elas devem estar. O episódio de racismo institucional vivido por Valéria reflete o mito da agressividade da mulher negra, pois ao atribuir-se "agressividade" como uma característica depreciativa à fala de uma mulher negra, a fala desta é deslegitimada. É o caso de Maria, que convive diariamente com as consequências do estigma da agressividade, ao escutar em diversas situações que deveria "controlar seu jeito".

Quando o patrão de Maria alegou que "o jeito" dela era a justificativa para sua dispensa, quando o marido brasileiro reclamava do "jeito" que ela não se submetia ao relacionamento abusivo, quando suas colegas de trabalho reclamaram do seu "jeito" ao revidar brincadeiras de mal gosto, esses comentários não são simples coincidências. Maria é assertiva e, mesmo comigo, que era de fato a estrangeira na sua casa, não mediu palavras para responder às perguntas e relatar aspectos de sua trajetória. A maturidade e firmeza de quem já passou por muita coisa, muitos lugares e leva uma vida sem privilégios refletem o "jeito" de Maria: séria e objetiva. Mas o "jeito" ao qual as pessoas se referem correspondem ao arquétipo de mulher negra raivosa, que além de silenciador, serve para desqualificar a mulher negra vítima de violência; é algo que vemos muito nas representações de mulheres negras pela mídia – sejam personagens ou pessoais reais. No livro *Sister Citizen – Shame, Stereotypes and Black Women in America*, a professora Melissa Harry-Perry fala que:

Esse estereótipo não reconhece a raiva da mulher negra como uma reação legítima diante de circunstâncias injustas, ele é visto como um desejo patológico, irracional da mulher negra em controlar o homem negro, a família e a comunidade. Ele pode ser empregado contra mulheres negras que se atrevem a questionar injustiças, maus tratos ou pedir ajuda (HARRY-PERRY, 2013, p. 21).

Colocar um selo de “Mulher Negra Raivosa” em toda mulher que ousa se irritar é somente insistir que a raiva de uma mulher negra é algo que existe no vácuo – não como consequência de injustiças, mas como se fosse simplesmente característica dela ser brava ou rancorosa.

Harry-Perry (2013) diz ainda que as reações de raiva das mulheres negras costumam ser acompanhadas de rolar de olhos e dizeres como “Já começou, a rancorosa”. Dessa maneira, as preocupações das mulheres negras são ignoradas e suas vozes silenciadas – se compreende que só é possível uma conversa “racional” se essa raiva for ignorada. É o que mostrou a charge de Selena Williams no *US Open 2018*, enquanto sua caricatura enraivecida em primeiro plano esperneia por ser punida, a ilustração de sua oponente, em segundo plano, uma mulher pequena, loira e magra pergunta ao Juiz: “Você não pode simplesmente deixá-la ganhar?”

No caso de mulheres negras migrantes, o estigma da mulher negra raivosa articula-se a “Obrigação de ser reservado” que, segundo Sayad (1998), é a polidez que o estrangeiro se sente na obrigação de adotar. Dessa forma, apesar da obrigação de ser reservado caracterizar a experiência migratória em geral; no caso de mulheres negras migrantes, gênero e raça também norteiam o silenciamento de suas vozes. O local de enunciação de uma migrante negra no Brasil conjuga formas de lidar com a migração que colocam sob suspeita ainda maior aqueles/as que buscam circular no mundo contemporâneo, mas não se encaixam nas representações de viajantes desejáveis: homens, brancos, graduados (ASSIS, 2014).

Collins (2010) ao referir-se às mulheres negras como o “outro” por excelência, considera que elas seriam as primeiras a perceberem que minimizar uma forma de opressão, apesar de essencial, ainda pode deixá-las oprimidas de outras formas igualmente desumanizadoras, já que na realidade social do capitalismo, as categorias raça, gênero e classe estão interligadas e nenhuma delas precisa ceder seu papel face às outras. Assim, por exemplo, a experiência de mulher migrante branca pode ser repleta de dificuldades, mas o estigma de ser negra não será uma delas.

Mulheres negras migrantes que se deslocam entre fronteiras físicas também

ultrapassam as fronteiras simbólicas que as encarceram como sujeitos subalternizados. Escutá-las e compreender suas trajetórias associando aos fluxos migratórios contemporâneos, a partir de uma região também fronteiriça e periférica, contribui para a descolonização do conhecimento.

Negros, mulheres, migrantes tradicionalmente apareceram como o “outro” da lógica colonial, responsável pela universalização das experiências desses sujeitos. Portanto, Maria, uma mulher negra migrante aciona marcadores sociais preteridos na hierarquia colonial, mas que ganham cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas, conforme Bhabha:

A significação mais ampla da condição pós-moderna reside na consciência de que os ‘limites’ epistemológicos daquelas ideias etnocêntricas são também as fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, até dissidentes –mulheres, colonizados, grupos minoritários, os portadores de sexualidades policiadas (BHABHA, 2003, p. 23).

O cruzamento das opressões vividas pelos sujeitos subalternizados a partir de uma análise interseccional é uma discussão que ganhou fôlego no seio do feminismo negro, por isso a importância de situá-lo entre as diversas vertentes do movimento feminista e a emergência de um movimento social que concatenasse as lutas antissexista, anticlassista e antirracista (DAVIS, 2016), levando em conta o lugar social da mulher negra enquanto *outsider within*, “forasteira de dentro” (COLLINS, 2000).

A feminização da migração sob a perspectiva de Maria reforçou as “mulheres” como um grupo de identidade não fixada. A experiência dela, ao mesmo tempo em que apresentou exceções em relação às outras seis mulheres migrantes mostradas na pesquisa desenvolvida na dissertação, dialogou com realidades alhures, por exemplo, a decadência de status social no processo migratório de Maria também aconteceu nas histórias de mulheres haitianas na França e no Brasil (JOSEPH; JOSEPH, 2015). No entanto, é mister destacar também que mesmo em contextos marcados por dificuldades de toda ordem, há numerosos casos de pessoas em mobilidade que, recorrendo aos recursos possíveis e aproveitando as oportunidades oferecidas por conjunturas econômicas ou fatores específicos do mercado de trabalho, vivenciam projetos migratórios exitosos para si, seus familiares e as sociedades de residência. Assim, a migração como processo individual e coletivo, no caso de Maria, projetou questões como a maternidade transnacional e o envio de

remessas. Por fim, a fala de uma *outsider within*, alguém que está “dentro” da fronteira, mas que também é de fora dela, expressa a complexidade da interseccionalidade entre gênero, raça, classe e nacionalidade. A fronteira da Amazônia Franco-Amapaense, no seu aspecto físico, é interpretada ora como um lugar de isolamento, com um clima e vegetação que por vezes assustam Maria, ora como lugar de contato, em seu aspecto simbólico, como ponte para a concretização de seus projetos de vida. Portanto, escutar o que o “subalterno” tem a dizer pode contribuir na construção de novos significados sobre essa e outras fronteiras.

CONCLUSÃO

Para Maria, a fronteira da Amazônia Franco-Brasileira representou sobretudo a decadência de seu status social. Estar no Amapá impingiu a ela uma posição subalternizada, já que trabalha como cozinheira e incrementa sua renda com outros trabalhos domésticos. Porém, Maria representa inúmeros migrantes que necessitam reelaborar seus projetos iniciais diante das frustrações nos países de destino, ademais de enfrentar o dilema de criar os filhos em outro país.

A feminização da migração e o estudo sobre ela têm crescido, porém, mais do que evidenciar esses números de mulheres que transitam entre as fronteiras, é necessário escutá-las, descobrir seus rostos e vozes, já que “silenciamento não é só silenciar o ato de falar, mas as formas de existência” (RIBEIRO, 2017). Por isso, compreender trajetórias de mulheres negras migrantes como Maria de criar uma alternativa às imagens correntes formadas pelo enorme desconhecimento das realidades transfronteiriças.

Dessa forma, investigar a intersecção mulher-negra-migrante em situações de fronteira na Amazônia Franco-Brasileira permitiu que as pautas tradicionais da experiência migratória pudessem ser discutidas, através da associação entre os micros e macros processos de experiências femininas de migração no extremos norte do Brasil, em um recorte interseccional, que resultou em uma análise qualitativa de uma temática pouquíssimo estudada em uma fronteira com muitas facetas peculiares e campos disciplinares a serem atarvessados.

Diante da negação sistemática do racismo no Brasil, em um Estado que enfrenta dificuldades para implementar a Lei 10.639/2003 que promove a história e cultura afro-brasileira, evidenciar experiências como a de Maria permite olhar a fronteira inclusive como campo de combate ao racismo e à limitação de

pensamentos. Mulheres migrantes têm muito a contribuir na luta antirracista no Brasil, justamente por conseguir fazer com que o movimento negro e os promotores de políticas afirmativas tenham mais instrumentos para rever algumas apostas e posturas, mais instrumentos para pensar saídas. Mulheres negras migrantes podem mostrar aquilo que já sabemos sobre nós, mas que muitas vezes não queremos admitir.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Bridget; DAVIDSON, Julia O'Connell. Trafficking– a demand led problem? A multy-country pilot study. **Part I: Review of evidence and debates**. Save the children, 2004. Disponível em: http://www.jagori.org/research_dst.htm . Acesso em: 20 mar. 2018.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. As representações sobre brasileiras na Europa: gênero, etnicidade e preconceito. In: MOREIRA, Rosemeri; CAMARGO, Hertz Wendel de; KLANOVSCZ, Luciana Rosa F. (Orgs.). **Gênero e Meios**: Imprensa, televisão e cinema. 1ed. Londrina: Syntagma, 2014.

BHABHA, H. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. Danças e andanças de negros na Amazônia: por onde anda o filho de Catirina? In: SAMPAIO, Patricia Melo. (Org.). **O fim do silêncio**. Belém: Editora Açaí, 2011, p. 157-172.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**. London; New York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum: Vol. 1, Article 8, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf> Acesso em: 01 fev. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Folha, 12. Set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/o-estado-e-racista-mas-se-falou-isso-e-mimimi-diz-advogada-almegada-no-rio.shtml>. Acesso em: 13 set. 2018.

HARRY-PERRY, Melissa. **Sister Citizen – Shame, Stereotypes and Black Women in America**. Yale University Press, 2013.

HOOKS, Bell. Vivendo de amor. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn C. (Orgs.). **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000.

JOSEPH, Handerson; JOSEPH, Rose-Myrlie. As Relações de Gênero, de Classe e de Raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. v. 9, n. 2, 2015. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/299374615_As_Relacoes_de_Genero_de_Classe_e_de_Raca_mulheres_migrantes_haitianas_na_Franca_e_no_Brasil. Acesso em 29 dez. 2018.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Márcia Maria de; TORRES, Iraíldes Caldas. **Tráfico de mulheres na Amazônia**. Manaus: Editora Mulheres, 2012.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: EDUFBA, 2013.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos**: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. Rio de Janeiro, Eduerj, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Emmanuel R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense**: do "mundo" das águas às florestas protegidas. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101428/santos_erc_dr_prud.pdf?sequence=1. Acesso em 07 set. 2018.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou Os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade da USP, 1998.

Sobre a autora

Lívia Verena Cunha do Rosário

Mestra em Estudos de Fronteira pela Universidade Federal do Amapá.

Contato: liviaverenac@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4238-9283>

Artigo recebido em: 26 de fevereiro de 2022.

Artigo aceito em: 30 de abril de 2022.